

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

ENTRE A

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO

E O

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES PARTICULARES DE CONTRATAÇÃO

Pelo presente instrumento de Contrato de Empréstimo que celebram a **Corporação Andina de Fomento**, doravante denominada “CAF”, representada neste ato por sua Representante na República Federativa do Brasil, senhora Moira Paz-Estenssoro, de nacionalidade boliviana, maior de idade e identificada com o Passaporte Boliviano No. 487002-LP, devidamente habilitada para este ato por Poder Especial conferido pelo senhor Enrique García, Presidente Executivo da Corporação Andina de Fomento perante a Embaixada do Brasil em Caracas, em 20 de outubro de 2011, por uma Parte; e por outra Parte, o Estado do Rio de Janeiro-RJ, doravante denominado “Mutuário”, representado neste ato pelo senhor Sérgio Cabral de Oliveira Filho, de nacionalidade brasileira, atuando na qualidade de Governador do Estado, devidamente autorizado, nos termos e condições a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Declarações

1. Mediante Resolução No. 1987/2012, de 06 de março 2012, a Diretoria da “CAF” aprovou um empréstimo a longo prazo a favor do “Mutuário”, com garantia da República Federativa do Brasil, destinado ao financiamento parcial do “Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014”. As Partes concordam em que tanto os desembolsos quanto à amortização somente poderão ser feitos em dólares dos Estados Unidos da América, de acordo com o estabelecido nas Cláusulas 8 e 9 das Condições Gerais de Contratação incluídas no Anexo “A” do presente Contrato.



CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

ENTRE A

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO

E O

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES PARTICULARES DE CONTRATAÇÃO

Pelo presente instrumento de Contrato de Empréstimo que celebram a **Corporação Andina de Fomento**, doravante denominada “CAF”, representada neste ato por sua Representante na República Federativa do Brasil, senhora Moira Paz-Estenssoro, de nacionalidade boliviana, maior de idade e identificada com o Passaporte Boliviano No. 487002-LP, devidamente habilitada para este ato por Poder Especial conferido pelo senhor Enrique García, Presidente Executivo da Corporação Andina de Fomento perante a Embaixada do Brasil em Caracas, em 20 de outubro de 2011, por uma Parte; e por outra Parte, o Estado do Rio de Janeiro-RJ, doravante denominado “Mutuário”, representado neste ato pelo senhor Sérgio Cabral de Oliveira Filho, de nacionalidade brasileira, atuando na qualidade de Governador do Estado, devidamente autorizado, nos termos e condições a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Declarações

1. Mediante Resolução No. 1987/2012, de 06 de março 2012, a Diretoria da “CAF” aprovou um empréstimo a longo prazo a favor do “Mutuário”, com garantia da República Federativa do Brasil, destinado ao financiamento parcial do “Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014”. As Partes concordam em que tanto os desembolsos quanto à amortização somente poderão ser feitos em dólares dos Estados Unidos da América, de acordo com o estabelecido nas Cláusulas 8 e 9 das Condições Gerais de Contratação incluídas no Anexo “A” do presente Contrato.



2. O “Mutuário” solicitou à “CAF” um empréstimo para financiar parcialmente o “Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014” no Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, doravante denominado o “Projeto”.
3. A “CAF” considerou que o “Projeto” é elegível para o financiamento e, conseqüentemente, consentiu em aprovar o empréstimo em favor do “Mutuário”, sujeito aos termos e condições estipulados no presente documento.

CLÁUSULA SEGUNDA: Objeto do Empréstimo

De acordo com as cláusulas do presente Contrato de Empréstimo e sujeita às condições nelas estabelecidas, a “CAF” se compromete a emprestar ao “Mutuário”, sob a forma de mútuo, o montante indicado na Cláusula Terceira, e o “Mutuário” o aceita com a obrigação de utilizá-lo exclusivamente para financiar o “Projeto” a ser executado no Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, bem como a repagá-lo nas condições pactuadas neste Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA TERCEIRA: Montante do Empréstimo

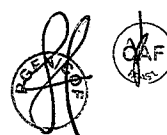
De acordo com as cláusulas do presente contrato, o empréstimo que a “CAF” concede ao “Mutuário” será de até US\$ 120.666.000,00 (cento e vinte milhões, seiscentos e sessenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América).

CLÁUSULA QUARTA: Prazo do Empréstimo

O empréstimo terá um prazo de até 15 (quinze) anos, incluído o Prazo de Carência de até 2 (dois) anos, contado a partir da data da assinatura do presente documento.

CLÁUSULA QUINTA: Aplicação dos Recursos

O “Mutuário” concorda expressamente que os recursos do empréstimo serão destinados a financiar unicamente os seguintes itens: (i) obras civis do “Projeto”; (ii) tecnologia, equipamentos e mobiliário que façam parte do “Projeto”; (iii) a comissão de financiamento; e (iv) os gastos de avaliação do “Projeto”.



O "Projeto" está descrito de forma detalhada no Anexo "B", parte integrante do presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: O Órgão Executor

As funções do "Órgão Executor", conforme indicadas no Anexo "A", ficarão a cargo da Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS), doravante denominada "Órgão Executor".

CLÁUSULA SÉTIMA: Prazo para Solicitar e Prazo para Desembolsar o Empréstimo

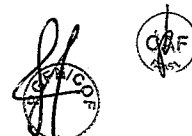
O "Mutuário" terá um prazo de até 6 (seis) meses para solicitar o primeiro desembolso, e de até 24 (vinte e quatro) meses para solicitar o último desembolso do empréstimo. Esses prazos serão contados a partir da data de assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: Condições Especiais:

Os desembolsos do empréstimo estarão sujeitos ao cumprimento, por parte do "Mutuário", de forma que a "CAF" considere satisfatórias, das condições estabelecidas na Cláusula 5 do Anexo "A", e das seguintes condições:

Prévias ao Primeiro Desembolso do Empréstimo, apresentar à "CAF":

1. O valor atualizado do total das obras contempladas para conclusão das obras de reforma e adequação do estádio, indicando as fontes de financiamento.
2. Um breve relatório sobre os Projetos Executivos entregues pelo contratado e revisados pela fiscalização, com o respectivo orçamento.
3. O cronograma previsto de desembolsos do empréstimo da "CAF".
4. Para cada contrato, o programa de investimentos ou o fluxo de fundos associado, até o término das obras.
5. Cópia dos aditivos contratuais (aumentos de valores e prorrogações de prazo) com o consórcio construtor e a empresa de fiscalização, incluindo a homologação dos cronogramas vigentes, com os prazos estabelecidos nos contratos de execução de obras e do apoio técnico para a inspeção e supervisão do "Projeto".



6. O orçamento atualizado para a gestão ambiental e social do "Projeto".
7. Um relatório sobre ações executadas para reduzir ao mínimo possível os impactos vinculados ao "Projeto" sobre o cotidiano dos vizinhos do estádio, assim como dos usuários dos sistemas de transporte.
8. Entregar à CAF:
 - i) A declaração da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE) que demonstre a conexão da rede interna de esgoto sanitário do Maracanã com a rede coletora de esgoto que chega à estação de tratamento de Alegria;
 - ii) A aceitação do "Projeto" por parte da Sub-Secretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Desenho (Secretaria Municipal de Cultura; e
 - iii) A opinião da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET Rio) sobre o impacto viário.

Durante a execução dos desembolsos do empréstimo:

1. O "Mutuário" deverá cumprir com os seguintes requisitos em termos de relatórios relativos aos avanços do "Projeto", nos formatos estabelecidos pela "CAF":
 - a) Inicial, sobre o estado do "Projeto" objeto do financiamento, orçamento, cronograma de execução e cronograma de desembolsos, dentro de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato de empréstimo. Este relatório deverá indicar o destino específico dos recursos do empréstimo.
 - b) Relatórios trimestrais, dentro de 30 (trinta) dias após o vencimento do período trimestral (dezembro, março, junho e setembro de cada ano), sobre o avanço físico-financeiro e demais aspectos relevantes do projeto.
 - c) Relatórios semestrais, sobre o avanço da gestão ambiental e social do "Projeto", tratando dos seguintes temas, entre outros: i) condições de validade especificadas nas Licenças Municipais de Instalação do "Projeto"; ii) autorização de intervenção outorgada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; iii) a implantação do processo de certificação "LEED® NC for New Construction - Leadership in Energy and Environmental Design - sistema de certificação e orientação ambiental de edificações", de acordo com o caso; e iv) a execução do orçamento ambiental e social do "Projeto". (em 45 dias após o fechamento de dezembro e junho de cada ano)



- d) Relatórios anuais, de auditoria externa do “Projeto”, durante o período de desembolsos, realizada por uma empresa de reconhecida competência, em 45 (quarenta e cinco) dias após o início de cada ano, que analisem o adequado uso dos recursos do empréstimo e o cumprimento dos contratos de obra e fiscalização.
- e) De encerramento, uma vez concluída a execução do “Projeto”, nos termos estabelecidos no contrato de empréstimo, dentro de 90 (noventa) dias após a data do último desembolso.
- f) Outros específicos que a “CAF” razoavelmente solicitar durante a execução do “Projeto”.

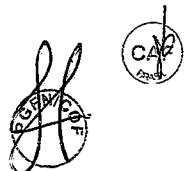
Antes do último desembolso:

- 1. Apresentar, para consideração da CAF, um modelo de gestão, operação e manutenção, que possibilite a viabilidade do Complexo Maracanã e preserve o investimento realizado a longo prazo, incluindo eventuais acordos/convênios de transferência, caso existam.
- 2. Fornecer informação sobre o andamento do processo de certificação “LEED® NC for New Construction”.

CLÁUSULA NONA: Reconhecimento de Investimentos e Gastos

A “CAF”, a pedido do “Mutuário”, poderá realizar o reembolso de investimentos e gastos do “Projeto” efetuados com recursos próprios no período compreendido entre a data da aprovação da operação por parte da “CAF” e a data de cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso, de acordo com o orçamento do “Projeto”. Esse reembolso não poderá exceder 30% (trinta por cento) do total do empréstimo, e será utilizado exclusivamente para reembolsar investimentos e gastos elegíveis pela “CAF”, correspondentes a obras e serviços executados que sejam parte do “Projeto”.

O “Mutuário” poderá requerer o reconhecimento de investimentos e gastos como recursos de contrapartida local, para despesas incorridas no período que se inicia 18 (dezoito) meses antes da data da publicação da Recomendação COFIEX e termina com o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso do empréstimo.



CLÁUSULA DÉCIMA: Amortização do Empréstimo

O empréstimo será amortizado pelo "Mutuário" mediante o pagamento de 26 (vinte e seis) parcelas semestrais, consecutivas e preferencialmente iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas. O pagamento da primeira parcela semestral de amortização do principal efetuar-se-á após 30 (trinta) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Contrato.

Havendo qualquer atraso no pagamento das parcelas de amortização antes mencionadas, a "CAF" terá direito de cobrar Juros *de Mora, sem prejuízo de suspender as obrigações a seu cargo e/ou declarar o vencimento antecipado do presente empréstimo, de acordo com o disposto nas Cláusulas 16 e 18 do Anexo "A".

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Juros

- (a) O "Mutuário" obriga-se a pagar semestralmente à "CAF" os juros sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável resultante da soma da taxa LIBOR para empréstimos de 6 (seis) meses, aplicável ao período de juros, mais a margem de 2,60% (dois vírgula sessenta por cento).

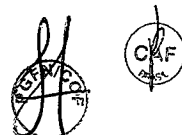
Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido na Cláusula Décima Segunda das Condições Particulares de Contratação e no item 6.1, da Cláusula 6, do Anexo "A".

- (b) Para o caso de mora, o "Mutuário" obriga-se a pagar à "CAF", além dos juros estabelecidos no item anterior, 2,0% (dois por cento) anuais.

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido no item 6.2, da Cláusula 6, do Anexo "A".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Financiamento Compensatório

Durante o período de 8 (oito) anos contados a partir da data de início da vigência do presente Contrato, a "CAF" obriga-se a financiar 80 (oitenta) pontos básicos da taxa de juros estabelecida na Cláusula Décima Primeira. Dessa forma, a margem citada no item (a) da Cláusula anterior corresponderá a 1,80% (um vírgula oitenta por cento) durante o referido período de 8 (oito) anos. Esse financiamento será realizado com recursos do Fundo de Financiamento Compensatório. O prazo



mencionado poderá ser ampliado, sujeito às disponibilidades desse Fundo e a critério da "CAF".

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Comissão de Compromisso

O "Mutuário" pagará à "CAF" uma comissão denominada "Comissão de Compromisso", por colocar à disposição do "Mutuário" o crédito especificado na Cláusula Terceira do presente Contrato. Essa comissão será equivalente a 0,35% (zero vírgula trinta e cinco) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado em dólares dos Estados Unidos de América, no vencimento de cada período semestral, até o momento em que cesse tal obrigação, segundo o disposto no último parágrafo desta cláusula.

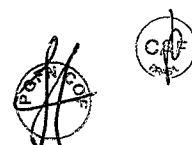
A comissão será calculada em dias corridos, com base num período de 360 (trezentos e sessenta) dias por ano.

A comissão será devida a partir do vencimento do primeiro semestre de vigência do presente Contrato de Empréstimo, e cessará, no todo ou em parte, na medida em que:

- (i) tenha sido desembolsada uma parte ou a totalidade do empréstimo; ou
- (ii) tenha ficado total ou parcialmente sem efeito a obrigação de desembolsar o empréstimo, de acordo com as Cláusulas 4, 14 e 16 do Anexo "A"; ou
- (iii) tenham sido suspensos os desembolsos por causas não imputáveis às Partes, conforme a Cláusula 17 do Anexo "A".

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Comissão de Financiamento e Gastos de Avaliação

O "Mutuário" pagará à "CAF" somente uma vez uma comissão denominada "Comissão de Financiamento" pela concessão do empréstimo. Essa comissão será equivalente a 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento) do montante indicado na Cláusula Terceira do presente Contrato, e será devida a partir do início da vigência deste Contrato de Empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado em dólares dos Estados Unidos de América, no mais tardar, quando for efetuado o primeiro desembolso do empréstimo.



Além disso, o “Mutuário” pagará diretamente à “CAF” a soma de US\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil dólares) a título de custo de avaliação. O pagamento dos custos de avaliação deverá ser efetuado em dólares dos Estados Unidos da América no momento em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Publicidade

O “Mutuário” assume a obrigação de divulgar que o “Projeto” está sendo executado com financiamento parcial da “CAF” e, para tanto, deverá coordenar com a “CAF” a colocação do nome e do logotipo que a identifique em todos os cartazes, avisos, anúncios, placas, publicações ou qualquer outro meio de divulgação do “Projeto”, ou nos documentos convocatórios relativos à licitação pública de obras ou serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Garantia

Simultaneamente a este Contrato, a “CAF” e a República Federativa do Brasil, doravante denominada “Garantidor”, por meio de um representante autorizado, assinam um contrato ajustado conforme o Anexo “C”, que é parte integrante do presente Contrato, em que esta se constitui como “Garantidor” de todas as obrigações relativas ao pagamento do serviço da dívida (principal, juros e comissões) contraídas pelo “Mutuário” no presente Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Comunicações

Todo aviso, solicitação ou comunicação entre as Partes, relacionados ao presente Contrato, deverá efetuar-se por escrito e será considerado efetivo ou enviado por uma das Partes à outra, quando entregue por qualquer meio usual de comunicação, exceto no caso de arbitragem, que deverá ocorrer mediante recibo de notificação aos respectivos endereços a seguir:

À “CAF”

Endereço:

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO
Apartado Postal N° 5086
Altamira 69011 - 69012
Fax no. 2092422
Caracas, Venezuela



Ao “Mutuário”

Endereço:

Estado de Rio de Janeiro – RJ
Palácio Guanabara, Rua Pinheiro Machado s/n
Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22238-900
FAX no. +55 (21) 2334-3773

Ao Órgão Executor:

Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS)
Rua México, 125 – 9º Andar –
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-145
Tel/Fax: + 55 (21) 2333-0938

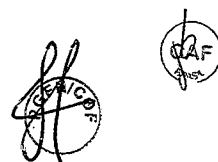
Secretaria de Estado da Fazenda
Avenida Presidente Vargas, 670 – 15º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20071-001
Tel/Fax: + 55 (21) 2334-4534

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Cópia de Correspondência

A “CAF” e o “Mutuário” enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução do “Projeto” para:

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios, Bloco “K”, 5º Andar
CEP-70040-906 Brasília - Distrito Federal- Brasil
Fax no. 00 55 (61) 2020-5006

A “CAF” e o “Mutuário” enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução financeira do “Projeto” para:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", 8º Andar
CEP-70040-900 Brasília - Distrito Federal - Brasil
Fax no. 00 55 (61) 3412 1740

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Modificações

Toda modificação que se incorpore às disposições deste Contrato deverá ser feita de comum acordo entre a "CAF", o "Mutuário" e o "Garantidor", por meio de carta ou por meio de aditivo, a critério da "CAF".

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Arbitragem

Toda controvérsia que surja entre as Partes, decorrentes da interpretação ou da aplicação do presente Contrato, e que não se solucione por acordo entre as Partes, deverá ser submetida à decisão do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida na Cláusula 29 do Anexo "A" deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Estipulações Contratuais e Jurisdição Competente

O presente Contrato de Empréstimo reger-se-á pelas estipulações contidas neste documento e pelo estabelecido nos Anexos "A" e "B", que são partes integrantes deste Contrato. Os direitos e obrigações estabelecidos nos referidos instrumentos são válidos e exigíveis de acordo com os termos nele contidos.

As Partes se submetem à jurisdição do país do "Mutuário", cujos juízes e tribunais poderão conhecer de todo assunto que não seja de competência exclusiva do Tribunal Arbitral, de acordo com o disposto na Cláusula 29 do Anexo "A" deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Prevalência entre os Documentos do Empréstimo

Em caso de discrepância, as condições estabelecidas no presente documento ou em suas posteriores modificações prevalecerão sobre aquelas contidas nas Condições Gerais de Contratação do Anexo "A".



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Vigência

As Partes concordam que o presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á com o cumprimento de todas as obrigações estipuladas no presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Anexos

São partes integrantes do presente Contrato, os seguintes anexos:

Anexo "A" : Condições Gerais de Contratação.


Anexo "B" : Descrição do "Projeto".

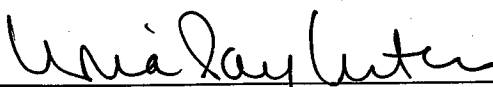
Anexo "C" : Contrato de Garantia.

As Partes, em comum acordo, assinam o presente Contrato de Empréstimo em 3 (três) vias originais no idioma espanhol e 3 (três) vias originais no idioma português (Brasil), sendo ambas de igual teor e forma, na cidade do Rio de Janeiro, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de novembro de 2012.

p. ESTADO DE RIO DE JANEIRO

p. CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO


Sérgio Cabral Filho
Governador do Estado do Rio de Janeiro


Moira Paz-Estenssoro
Diretora Representante no Brasil

